

# Na dívida externa só PT quer confronto

Confrontação ou negociação com os credores internacionais. Estes foram os caminhos claramente postos pelos economistas dos partidos para enfrentar a questão da dívida externa. "Nós temos que negociar a dívida externa. A confrontação não nos leva a nada", sustenta a assessora do candidato do PRN Fernando Collor de Mello, Zélia Cardoso, que defende a proposta de retirada do aval da União para que cada devedor brasileiro, seja um município ou uma pequena estatal, negocie a sua dívida. "Esta idéia é inexecutável" garante César Maia, do PDT, insistindo que o caminho é o da negociação e não o da radicalização. "Como é possível não haver confronto quando se está falando de transferências para o exterior da ordem de um US\$ 1,5 milhão de dólares por hora? Trata-se de um brutal conflito de interesses", rebate Aloísio Mercadante, do PT. Ele desafiou os participantes da mesa a explicar como recomeriam a pagar no quadro em que o sucessor do governo Sarney vai encontrar a questão da dívida externa.

E haverá uma confusão de razoáveis proporções para ser enfrentada pelo próximo governo: as reservas, de acordo com as contas do governo, estarão em US\$ 7 bilhões. O PT e o PDT calculam que elas estarão mais baixas. Segundo Mercadante, nas contas do governo está incluído um empréstimo do Banco Mundial de US\$ 1,5 bilhão que, muito provavelmente, não virá. Como o pagamento dos juros da dívida aos bancos privados está suspenso desde julho, os atrasados estarão em US\$ 5,2 bilhões.

César Maia acha que há chances de cooperação internacional e de novos empréstimos como, por exemplo, dos japoneses. Ele disse que a confrontação, proposta pelo PT, será o caminho da "autarquia" do Brasil, ou seja, o país se isolaria internacionalmente. "Coloco a mesma equação para você", respondeu Maia a Mercadante. "Como sustentar o confronto com reservas cambiais baixas?". César Maia referia-se ao fato de que existem, sustentando nosso comércio exterior e bancos brasileiros no estrangeiro, empréstimos de curto prazo que poderiam ser suspensos na hipótese de uma confrontação com os credores. Zélia Cardoso sustenta que a sua proposta tira o país do impasse em que as negociações se mantiveram nos últimos anos.

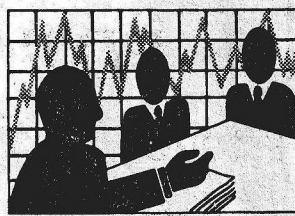
Durante a campanha todos os candidatos acabaram aproximando o seu discurso. Todos defenderam a diminuição das transferências de dólares para o exterior, pagando-se menos aos bancos e instituições internacionais. No debate ficou mais claro em que pontos o PRN, o PT e o PDT são diferentes nestas questões. Em resumo, estas foram as posições defendidas pelos três economistas:

**Zélia Cardoso de Mello** — Propomos a retirada do aval da União da dívida externa para que todos os devedores possam negociar em separado. É preciso criar um espaço de negociação com os credores em um leque de opções que vise alavancar o desenvolvimento. A questão da dívida externa passa por ter regras claras e pela estabilização da economia. Não é possível pensar, dadas as mudanças que estão ocorrendo no mundo — e as vantagens comparativas que nós sempre tivemos agora contam pouco —, que nós possamos ser uma opção de investimento para o capital estrangeiro se não nos organizarmos. Precisamos da estabilização da economia e de regras claras para os investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros. O processo em relação à dívida externa depende de reformas estruturais e de que se equacione antes a crise financeira do estado.

**César Maia** — Acho muito difícil que a proposta da Zélia seja executável. Por uma razão muito simples. A grande questão da dívida externa é a disponibilidade de câmbio, e um devedor descentralizado não tem como discutir a disponibilidade de câmbio.

**Aloísio Mercadante** — A retirada do aval das empresas é juridicamente improcedente pelas cláusulas contratuais. Os bancos credores se articulam e negociam em bloco. E esta proposta é justamente de pulverizar os devedores no Brasil. Deveria ser justamente o contrário: deveríamos estar discutindo a articulação com outros países devedores e pensando numa estratégia conjunta contra os credores internacionais.

**Zélia** — A questão jurídica não se coloca porque a estratégia da descentralização é uma forma de negociação. Através dela achamos que conseguiremos duas coisas: fazer a descentrali-



zação lá e cá. Porque os bancos que estão juntos no Comitê dos Credores têm interesses diferentes. Alguns emprestaram melhor. Então é possível que estas diferenças fiquem claras. A descentralização no nível interno mostra a real natureza do problema tal como ele se encontra hoje. Nós temos um problema, não só de natureza cambial, mas de natureza fiscal. Há empresas que geram cruzados necessários para pagar o serviço da dívida e outras não.

**JORNAL DO BRASIL** — A senhora imagina cada município brasileiro que tem dívida externa indo a Nova Iorque para discutir com o seu banqueiro a sua dívida?

**Zélia** — Ou o contrário: o banqueiro vindo ao Brasil para negociar o pagamento do seu crédito. O governo federal vai continuar adequando isto à sua política industrial e macroeconômica. Vamos dar um exemplo: a Fepasa é uma empresa endividada que precisa de novos investimentos. É possível criar uma subsidiária e separar o novo do velho, apresentando aos credores da Fepasa um leque de oportunidades, onde a conversão vai ser uma delas. A questão chave é a seguinte: nós temos que negociar a dívida externa. Não acreditamos numa posição de confrontação. Achamos que esta posição não leva a nada. Por outro lado, tal como está hoje, a negociação fica num impasse, num atoleiro. Queremos oferecer aos credores um cardápio de opções. Criar um espaço de negociação e discutir dentro do FMI. Achamos que é possível negociar dentro do Fundo Monetário Internacional, e o nosso programa estabelece claramente uma limitação ao pagamento dos juros em percentuais do PIB. Como a nossa posição não é de confrontação, nós entendemos que o FMI acaba sendo uma peça importante.

**Mercadante** — Esta idéia de brigar dentro do FMI passa muito bem em programa de televisão. Mas é irreal. O FMI reúne 150 países e tem uma estrutura de decisão em que seis desses países têm mais de 51% dos votos. E os Estados Unidos, praticamente isolados, têm o direito de vetar qualquer decisão. Então, imaginar que a gente possa brigar lá no FMI é absolutamente ingênuo. É brincadeira achar que nós vamos mudar a estrutura do FMI por dentro porque mudou o governo brasileiro. Há 45 anos a estrutura de decisão funciona desta forma.

**César Maia** — Este é um momento de fragilidade nossa. Temos poucas reservas.

Além disso, temos recursos flutuantes — em empréstimos de curtíssimo prazo na casa de US\$ 15 bilhões a US\$ 16 bilhões. Estes empréstimos, se forem suspensos, podem criar um grande constrangimento no comércio exterior. Se é para fazer a política do tudo ou nada, o lado de lá pode ficar mais forte. O confronto pode fortalecer a posição deles. Então, é básico iniciar negociando. A população brasileira, segundo todas as sondagens, não faz a mínima relação entre dívida externa e seu nível de vida. É a vigésima quinta prioridade. Portanto, não haverá, de início, compreensão político-social com o confronto. Pelo que eu tenho sentido, conversando com os banqueiros, há espaço para essa negociação e há espaço para que estes termos sejam colocados imediatamente até que se defina uma condição diferente: a desvinculação da *prime e libor* e um tipo de teto para juros. A nossa limitação é uma percentagem das exportações porque é mais fácil negociar. Eu quero perguntar ao Mercadante: a gente interrompe e confronta. E depois? Este é o caminho da autarquia. Haverá limitações para o comércio exterior ou então os credores serão magnânimos e vão permitir que acumulemos reservas. Não sei ainda qual será o benefício.

**Mercadante** — A dramaticidade do seu candidato, quando fala em "perdas internacionais", está muito distante de quando você apresenta uma política para enfrentar o assunto da dívida externa. Isto me preocupa, principalmente em um partido que não tem programa de governo. Isto é semelhante ao que aconteceu na Venezuela. O presidente Andrés Perez fez um discurso de campanha e, quando apresentou a política do governo baseado em um acordo com o FMI — e ele também é da Internacional Socialista —, ocorreram conflitos que terminaram em 300 mortos e mil feridos nas ruas. Temos aliados na sociedade civil dos países credores. Agora, vocês falam que têm uma solução de negociação e nós a do confronto como se uma coisa não dependesse da outra. Como se os trabalhadores, para negociar seus salários, não tivessem suas formas de pressão. Eu não vejo possibilidade de negociar sem conflito porque se trata da transferência que o país está fazendo de US\$ 1,5 milhão de dólares por hora para o exterior. Você diz: não podemos suspender o pagamento dos juros porque vai haver confronto. Ora, eles estão suspensos. Como é possível pagar com US\$ 5 bilhões de reserva, com os atrasos dos juros, um saldo comercial despendendo? Se você me disser como é que vai pagar, eu posso até aceitar a sua proposta. Mas eu não vejo possibilidade nenhuma. E independente de posição política. Estou dizendo que é prati-

camente inevitável que o futuro governo tenha que sustentar uma posição de suspensão do pagamento da dívida porque não há como pagar os atrasados e cumprir o cronograma que está sendo estabelecido. Eu gostaria que alguém me explicasse o que é que vai fazer. Como vai pagar.

**César Maia** — Cada um tem sua linguagem. O Brizola detesta números e, por isto, tem a linguagem dele, enquanto a assessoria econômica tem a sua linguagem. É natural. Mas nós estamos propondo a redução de US\$ 7 bilhões das perdas internacionais. Estamos falando que não vamos servir à dívida. Vamos pagar 40% do serviço da dívida atual. Estamos falando em uma política de fiscalização para evitar a evasão de divisas. Estamos avisando que haverá fiscalização nas contas dos não-residentes. Vamos reajustar o câmbio para evitar o subfaturamento das exportações. Agora, coloco a mesma equação para você: como fazer o confronto com reservas baixas? Com confronto haverá restrição no comércio exterior no curto prazo e isto dificulta o programa de estabilização. Achamos que temos apoio internacional suficiente, estamos com negociação suficientemente avançada em órgãos e agências multilaterais e junto aos bancos credores para ter um fôlego para o programa de estabilização.

**Mercadante** — Você está dizendo que a minha suspensão é confronto, e que a sua não é. Eu estou falando que nesta negociação há um brutal conflito de interesses. Acho que não há como pagar e que vai ter que haver suspensão dos juros para que haja estabilização. Você está querendo chegar a um pagamento zero mas com o apoio dos credores.

**César Maia** — Eu estou dizendo que o principal não é o problema. O problema são os juros. O meu partido é da Internacional Socialista. Quer uma sociedade diferente desta, mas não autarquizada, centralmente planificada. Estamos falando de economia de mercado. Nós imaginamos que o interesse sadio do capital estrangeiro preserva a nossa condição de negociação — respeitando a nossa soberania — no período da estabilização e na abertura seletiva da economia. Porque esta são as duas questões da negociação da dívida externa. Ou alguém imagina que a dívida externa está sendo negociada em função de condições como 20%, 30%, 10, 15, 30 anos? Pelo amor de Deus! Só seria assim se o capital estrangeiro não quisesse retomar a normalidade de relações com o Brasil. Aí ele trataria a questão da dívida externa apenas como uma forma de pagar.

**Mercadante** — Acho que a questão da dívida externa tem que ser tratada num marco

São Paulo — Ariovaldo Santos



A partir da esquerda: Aloísio Mercadante, Zélia Cardoso de Mello, César Maia e José Serra

muito mais amplo. Ela envolve uma discussão sobre ética em economia e política. Este assunto está para a História do Brasil como estava o antigo regime colonial no momento da ruptura com a Coroa portuguesa. Havia também um debate sobre se a ruptura e o conflito levariam ou não à dificuldade. O que há é um país que tem uma renda *per capita* de US\$ 2.300 e transfere riqueza da ordem de 4,5% do PIB anualmente para países cuja renda *per capita* é de US\$ 19 mil, como o Japão, ou de US\$ 17 mil, como os Estados Unidos. A discussão que está colocada, para a população entender bem, é de transferências ao exterior de um prêmio de lote mais ou menos por hora. Esta é a discussão da dívida externa. Uma discussão que tem grandes conflitos de interesse. A Alemanha transferia 30% do PIB ao exterior e a consequência foi a desarticulação da sociedade civil e o processo da hiperinflação e o nazifascismo ao fim da República de Weimar. A América Latina vive hoje a experiência de Weimar. A dívida externa é um problema histórico de longa duração. Um grande componente desta dívida é financeiro, provocado pela elevação das taxas de juros. Só a taxa de juros flutuantes chegou a dar uma sobrecarga da ordem de US\$ 32 bilhões. Por isto nós não aceitamos a tese da legitimidade completa da dívida. Queremos uma auditoria, uma discussão transparente sobre o histórico da dívida para que a sociedade possa discutir. Mas nós consideramos que existe dívida e queremos discutir esta dívida do ponto de vista ético, político e econômico.